

OBRAS PUBLICADAS PELA IMPRESSÃO RÉGIA, ENTRE 1808-1822 E REVISTA DE PORTUGAL, EDITADA EM PARIS, ESCLARECEM ASPECTOS DA LITERATURA DE SANTA CATARINA, EM FINS DO SÉCULO XVIII

CELESTINO SACHET (UFSC)

"uma literatura só funciona se houver firme plataforma comum entre aquilo que o escritor diz, desbravando caminhos, e aquilo que o leitor quer (e precisa de) ouvir para também desbravar caminhos"¹

Qual o conceito de Arte - e também de Literatura - assumido pelos imigrantes açorianos que entre 1748 e 1756 inundaram o litoral de Santa Catarina juntando as areais de Itapecoroy com aquelas das praias de Santo Antônio dos Anjos da Laguna? Pode-se aplicar aquele punhado de colonos do Mundo Atlântico a afirmativa de que "Saber Literatura não é ser literato"? E que "o povo é mais literato que os mestres da Literatura"?²

I

Para uma análise do conhecimento e do interesse artísticos e literários que perpassavam cabeça e coração dos milhares de casais dos Açores e da Madeira, é necessário que o pesquisador

de hoje se despoje dos pressupostos teóricos deste final do século XX a tecerem tramas entre narrador e narratário, entre narração e narrado, entre discurso e história e entre autor e fruidor para se introjetar no mundo dos significados e dos valores daqueles meados do século XVIII. E, certamente, não se lhes pode aplicar o mesmo conceito de literatura proclamado por Brodsky³ para quem: "a língua é a razão da Poesia" e muito menos, apenas, o conceito de D. Duarte que proclama que o fundamental na vida é ser "leal conselheiro" ou aprender a "Arte de bem-cavalgar"⁴.

Só com um mergulho sem ideologias e sem presumidos conceitos "científicos" - adequado à "crença literária" e à finalidade do texto escrito daqueles rudes(?) homens e mulheres de há dois séculos e meio, aqui chegados mais para sobreviverem e menos para curtirem musas - ainda que estas possam ter sido importantes - é que se pode e se deve atribuir um sentido - direção verdadeiramente cultural e literárias ao fato de que em 1795, o vice-rei no Rio de Janeiro, encaminha ao governador da província de Santa Catarina, um conjunto de livros para "serem vendidos, a fim de instruir os habitantes".

Em diversas remessas aportam ao Desterro os seguintes títulos e respectiva quantidade de exemplares:

- Alcalis fixos,19; Rebus rusticus,10; Ciência das sombras, 6; Cravo-girolê,30; Cultura das urunibegas,30; Tratado das pensões vitalícias,8; Cultura do linho,30; Artes da língua geral do Brasil,5; Arquitetura naval,5; Mineralogia de Bergman, 6; Cultura do cânhamo,40; Memória sobre o queijo Rochefort,50; Considerações cândidas sobre a natureza do açúcar, 25; História da América, 25; Açúcar no Rio, 25; Catecismo da língua do Brasil, 50; Cultura das batatas,50; Canto heróico,de Bocage, 3; Memória sobre os algodoeiros, 20; Extrato do Salitre,50; Combustão dos vegetais,25; Cultura da caneleira, 38.

São 22 textos com mais de meio milhar de volumes distribuídos dentro de variados temas, com a quase exclusiva preferência por livros ligados à Agricultura ou a problemas a terra. Estranha, ainda a ousada minoria de textos literários que se atêm aos magros três volumes de Bocage (entrados, por engano, no real lista de sua Vice-Majestade, Osvaldo Ferreira de Melo⁵ descobre, na verdejante lista, a pobreza intelectual dos catarinenses na-

quelas alturas do quase século XIX e com o Romantismo batendo às portas da França, da Alemanha e da Inglaterra.

A questão é mais complexa e nem é índice seguro do atraso cultural em que viviam a segunda e a terceira gerações do imigrante açoriano.

II

Aqui, seria conveniente retornar aos começos do século XVIII e percorrer, com calma, o reinado de D. João V (1707-1750), monarca sob cujo apelo açorianos e madeirenses trocaram suas ilhas vulcânicas pelas florestas tropicais do lado sul do Atlântico.

Para o historiador português Luiz Ferrand de Almeida, "o século XVIII é uma época de importantes inovações técnicas "e que aparecem em seu país ligadas à Revolução Industrial⁶. Dentro dessa ótica, D. João V vai preocupar-se não só em trazer as mais recentes inovações mecânicas sobre a arte de guerrear como, igualmente, em desenvolver as técnicas de extrair ouro (isto, o brasileiro entende fácil!) e aquelas de imprimir letras ainda que proibidas e severamente punidas nas colônias! No campo da Agricultura, em 1741, é proclamada a invenção de uma roda "para enxugar a terra das águas de pouca altura", o que possibilitou ao reino economias de milhões de cruzados⁷.

Igualmente, não foi esquecido o campo da publicação de ensaios para o conhecimento das pesquisas e descobertas agrícolas. Em 1712, Vicêncio Alarte edita o primeiro tratado português de Vitivinicultura intitulado **Agricultura das vinhas e tudo o que pertence a ellas até o perfeito recolhimento do vinho**; em 1730 Fr. Teobaldo de Jesus Maria torna conhecido o **Agricultor instruído com as prevenções necessárias para os annos futuros, recupilado de graves autorés e**, em 1749, João Antônio Garrido aparece com o **Livro de agricultura em que se trata com clareza e distinção do modo, e tempo de cultivar as terras**. O mesmo Autor, no prefácio, estranha que poucos pesquisadores se venham ocupando da "utilíssima arte da Agricultura" e atribui o fato à falta de "prática e inteligência desta arte bem como à circunstância de parecer inadequado que pessoas letradas se dedicassem "desta humilde arte, sendo na verdade a mais antiga, a mais nobre e a mais útil para o gênero humano".

O interesse por essa nova literatura prática explode, inclusive, nas obras puramente estéticas, literárias ou filosóficas: o Pe. Antônio dos Reys, nos seus **Epigramas**, 1731, chega a proclamar:

- "Vês como os homens de ócio, o fio embotam
E as mecânicas artes, como brotam"?

III

Dentre os livros publicados em Portugal, no último quartel do século XVIII, ao lado de autores brasileiros - e alguns, até, bem conhecidos - como o **templo de Netuno**, de Alcindo Palmireno - Manoel Ignácio da Silva Alvarenga -, 1777; **Caramuru**, de José de Santa Rita Durão, 1781; As artes "poema que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro recitou no dia dos annos de sua Majestade Fidelíssima", por Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, 1788; **Viola de Sereno**, coleção das suas cantigas, 1798; **Glaura**, poemas eróticos de Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, 1798, ao lado dessa produção tipicamente literária, pode-se identificar uma quantidade de livros "técnicos" dentre os quais se tem notícia: **Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias**, "oferecido ao sereníssimo príncipe do Brasil, por Jozé Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, 1794; **Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola**, por José Pinto de Azevedo, 1799; **Coleção das memórias inglesas sobre a cultura e comércio do linho canamo**, por Fr. José Mariano da Conceição Velloso, 1799; **Extrato sobre os engenhos de açúcar do Brasil e sobre o método já então praticado na fatura deste sal essencial**, 1800, pelo mesmo autor. E em 1801 é a vez de ser conhecida a tradução (do inglês) da obra de D. G. Falkoner, **Memória sobre as moléstias dos agricultores**.

Em 1808, Portugal, nas vestes majestáticas do Príncipe Regente D. João VI, metido à força e à medo no barco para garantir o trono, se esconde no Brasil. E na mesma caravela, um "passageiro" de alta significação para o futuro cultural da velha colônia: as máquinas da Impressão Régia.

Uma análise globalizante, a partir dos títulos das 1.254 publicações aparecidas entre 13 de maio de 1808 e dezembro de 1822 pode-nos oferecer uma visão - ainda que não aprofundada do ambiente cultural brasileiro agora com os novos ares de sede da corte e, depois, do Reino Unido.

Ainda que cada um dos papéis, portarias, proclamações patrióticas, defesas, representações, cartas, falas, editais, publicações particulares, romances, odes, ensaios, por si só e cada um em particular possam significar muito pouco, ou quase nada no contexto cronológico ou de grupos temáticos, eles garantem a presença de, pelo menos, três linhas filosóficas de editoração e de interesse do leitor:

- a xenofobia anti-Napoleão, nos anos 1808-1811;
- a preocupação com obras de renome da literatura européia, entre 1815-1816;
- a avalanche política nos anos 1821-1822, com a Constituição Portuguesa e com a Independência Brasileira.

Nos quinze anos de trabalho, e dentro das quase treze centenas de títulos, mal e mal chega a uma centena - magros 10% do total - Os textos exclusivamente vinculados à Ficção e ao Poema que saíram da impressora real. É que o conceito de literatura da época parece privilegiar, de longe, o aspecto da utilidade que se coloca muito acima da literariedade.

Já no primeiro ano de trabalho da Imprensa Régia - 1808 - aparece a obra **Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro**. Escrito por Manoel Vieira da Silva, é o primeiro trabalho médico que se imprime no Brasil e trata exclusivamente da salubridade pública da Sede das Cortes.

Em 1809, os três títulos das obras técnicas editadas pela impressora do Regente abordam aspectos das riquezas naturais do Brasil. **Memória sobre a canela do Rio de Janeiro**, por Bernardino Antônio Gomes; **Modo de cultivar a caneleira**, "extrair e preparar a sua casca, óleos, cânfora, etc;" e **Memória sobre as salineiras naturais de Monte Rorigo**, "maneira de as auxiliar por meio das artificiais; refinaria do nitrato de potassa ou salitre", de José Vieira Couto.

Traduções do francês e do inglês, no mesmo ano em que se edita **Marília de Dirceo**, pela primeira vez no Brasil - 1810 -, ao lado de originais em língua portuguesa nos fazem percorrer **Descrição e instruções da maneira com que se deve preparar o tabaco Virgínea como o da América Inglesa**, por Francisco Ignácio

de Sequeira Nobre; o Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil, com uma lista de plantas que lhe pareciam mais dignas de transplantação e a Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhas próprias e suprir a falta de cânhamo, ambas escritas por Manoel Ar-ruda da Câmara, "doutor em Medicina, distinto naturalista e muito dado aos estudos de botânica". Ainda no mesmo ano de 1810, as traduções passam pelo francês da Notícia histórica e abreviada para servir à cultura de uma remessa de árvores espedieiras e frutíferas da colônia de Caiena; pela língua inglesa das observações sobre a agricultura do Brasil e "sugestões para aperfeição e adiantar esta útil arte", por um vassalo britânico e pelo Tratado de inflamações, feridas e úlceras, extraído da Nosografia cirúrgica, de Anthelmo Richerard. 1811 é o ano da Pecuária na Impressão Régia com Memória econômica sobre a raça do gado lanígero do ceará, por João da Silva Feijó e o Método novo de curar segura e prontamente o autraz e o carbrínculo e a pústula maligna, por Luiz de S. Anna Gomes.

Dos 61 títulos editados pela primeira casa impressora do Brasil, em 1821, foram dirigidos para o campo que estamos apon-tando: **Arte de agricultura palmária**, um original escrito pelo jesuíta de Goa, Afonso da Costa, em 1713; **observações sobre o capim de Angola, o cravo da Índia e sobre as caneleiras**.

Para a área da Medicina, ocorre a edição de um texto sobre o "grau de certeza"; outro, sobre o encéfalo-cale, faz-se acompanhar da "observação de um hidro-encéfalo-cale curado no Hospital Real Militar". Há, ainda as **Indagações fisiológicas sobre a vida e a morte de Xavier Bichat**, médico em Paris, traduzido por Joaquim Mazarem. Com preocupações literárias, faz-se a publicação de **Os jardins, ou a arte de aformosear as paisagens**, de Mr. Delille, traduzido em verso por Bocage.

O capim de Angola renderá um **Aditamento**, em 1813 e a medicina será enriquecida com **Aforismos sobre as hemorragias internas e convulsões puerperas**, "para uso das escolas médico-cirúrgicas novamente reguladas no Brasil", bem como, no ano seguinte, com outros **Aforismos sobre a aplicação e uso do fórceps e vectis e sobre partos**, ambos escritos por Thomaz Denman e traduzidos por

Manoel Alvares da Costa Barreto. Nesse mesmo ano, o **Compêndio de matéria médica** será acompanhado de uma **Impugnação analítica** "a um exame em uma rapariga que fora julgada santa". Como se pode desconfiar, a Ciência e a Teologia encontram-se em choque na interpretação de reações do corpo humano!

Os três títulos editados em 1815 proclamam os textos **compêndios de medicina prática** (organizados por José Maria Bomtempo, médico da Real Câmara), **Memória sobre a agricultura da ilha terceira** e a **Memória sobre o enxugo geral da cidade do Rio de Janeiro**.

1816 verá editado, para o campo médico, o **Vademecum do cirurgião**, uma reimpressão de obra aparecida em Lisboa no ano anterior, enquanto que o ano seguinte parece dedicado à tecnologia militar: **Instruções** "destinadas para os navios de guerra portugueses e ingleses que tiverem a seu cargo o impedir o comércio ilícito de escravos"; **Instruções** "sobre os conhecimentos necessários para um oficial militar e sobre a aplicação dos mesmos para organizar na campanha um exército"; **Novo e infalível método** "de substituir o leme de qualquer navio no alto mar" e **Sistema de sinais** "para a comunicação dos navios entre si e com a torre".

Na dezena de títulos publicados, sobre o assunto que alimenta as presentes reflexões, entre 1819 e 1820, merecem forte consideração: **Instruções** "para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural"; **Táboas telegráficas** "feitas por ordem de sua Majestade"; **Novo método** "para a agricultura, povoação, aumento e comércio no Rio Máximo Amazonas, assim dos índios como dos europeus.

Nos dois anos do ferropolítico (1821-1822) e com centenas de publicações destinadas a alimentar a máquina da Constituição e da Independência, na área técnica, houve tempo, apenas, para **Reflexões** "sobre os sistemas de fortificação abaluartada e tenalhal", de José da Costa Azevedo.

IV

É praticamente possível percorrer a História do Brasil, de Portugal - e, até de Santa Catarina - nos anos 1808-1822 pela

simples leitura dos títulos das congratulações, odes, elegias, orações sagradas, das proclamações e dos manifestos que às dezenas, a cada ano, saem da Régia Imprensa. Há razões as mais fúteis e as mais estranhas: **Sonetos do P. José de Góis, da congregação do oratório de Pernambuco "a vários assuntos" (1809); Pelos faustíssimos anos de sua Alteza Real" (1810); oração fúnebre "a um ilustríssimo senhor guarda-roupa do Príncipe Regente" (1810); "Pelo aniversário da plausível e feliz entrada no porto do Rio de Janeiro de Sua Alteza Real" (1810); "No faustoso dia do augusto nome do Príncipe" (1811); "À sereníssima princesa do Brasil, nossa senhora, visitando com SS. aa. r.r. suas filhas, os meninos expostos na Real Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, no dia 6 de julho de 1811".**

Da mesma forma, nascimentos, aniversários, casamentos, falecimentos, chegadas ao Brasil e/ou retornos a Portugal de príncipes e de princesas, de nobres com todas as nobrezas e de militares com todas as fardas, recebem as mais encomiásticas odes e os mais fervorosos sermões saídos tanto dos prelos de sua majestade quanto dos teatros, dos púlpitos e das tribunas e para lá levados por dezenas de poetas, conhecidos alguns, outros com, seguramente, uma página editada em toda a sua vida.

Mas é nessa época, e através dos prelos da Imprensa Régia que brotam os primeiros textos da Literatura de Santa Catarina. A quase impossibilidade de localizar todas as obras com o selo da referida editora e a conseqüente simples enumeração dos seus títulos não impedem de se conhecer a inclinação das musas dos primeiros autores de nossa Literatura Barriga-Verde.

Em seqüência cronológica saem do prelo de sua Majestade, os folhetos:

- **Elogio** "que ao muito alto e poderoso senhor D. João Sexto, rei do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarves, por ocasião de sua faustíssima e tão desejada aclamação. O d.c. Diogo Duarte Silva, tesoureiro geral e deputado da junta de sua Real Fazenda da província de Santa Catarina. Santa Catarina 21 de fevereiro de 1818. Oferecido a el-rei nosso senhor por Antônio Mendes de Carvalho, Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1818, in-4º de 5 p. numeradas.

- **Cartas** (duas), uma de Manoel Gomes Pereira e outro de Anacleto José Pereira da Silva, contra o ex-governador João Vieira Tovar e Albuquerque. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1821, in.
- **Defesa** "que faz João Vieira Tovar e Albuquerque das in-
vectivas que o capitão Francisco Samuel da Paz Furtado
e os seus consócios Manuel Gomes Pereira e Anacleto José
Pereira da Silva fizeram contra a sua reputação na quali-
dade de governador que foi da ilha de Santa Catarina". Na
Impressão Nacional, s.d. (1821), in-fol. de 2pp. in.
- **Versos** "que na ocasião de celebrar o corpo do commercio da
ilha de Santa Catharina o haver-se alli jurado a consti-
tuição, recitou seu author Diogo Duarte e Silva. Dados a
público por um amigo da constituição, e do author". Rio
de Janeiro, na Impressão Nacional, 1821 in-4º de 14 pp.
numeradas. Consta de um elogio, dois sonetos, duas odes e
um hino.
- **Resposta** "à carta que a respeito do ex-governador da
ilha de Santa Catarina, veio na Gazeta (do Rio de Janeiro)
n.66, mandada imprimir e gratuitamente distribuir".
Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1821, in (o assunto
refere-se a João Vieira Tovar e Albuquerque).
- **Soneto** "oferecido a S.a.r. o príncipe regente, por Diogo
Duarte e Silva". Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1821,
in.

Estes seis primeiros textos de nossa literatura catarinen-
se, saídos das máquinas da Impressão Régia - o primeiro em 1818
e os demais em 1821 - proclamam interesses nada literários como
a crítica política ao governante local ou a louvação à Autorida-
de Maior e quer se trate da nova (e primeira!) Constituição ou
de Sua Alteza Real. Contudo, a sua importância como espelho de
uma realidade da criação e do consumo do texto literário não po-
de ser negada, tanto mais que eles estão nitidamente circunscri-
tos em uma das linhas da "fruição estética" da época.

O interesse e a preocupação na produção e no consumo de uma literatura veículo e instrumento para-literários parecem predominar, igualmente, nas publicações periódicas, nomeadamente, as revistas.

Importante para se reconhecer o gosto pela literatura-não-literária no fim do primeiro quartel do século XIX seria percorrer detidamente a revista "Annões das Sciencias, das Artes e das Letras", publicada entre julho de 1818 e abril de 1822, por um grupo de intelectuais portugueses residentes em Paris.

Na abertura do primeiro número, o diretor Francisco Solano Constâncio assim define os objetivos da revista: "com o alvo de ser úteis à pátria e de executar entre os Portugueses do Velho e Novo Mundo o desejo de aprender, se reuniram alguns Portugueses, actualmente e há anos residentes em Paris, para em comum concorrerem para o desejável fim de facilitar a introdução das verdades úteis e novas ou pouco conhecidas entre nós" (...) Os Redactores, amantes da Pátria e penetrados do dever de vassallos (...) determinaram aproveitar-se da residência que todos eles têm escolhido para deste centro da Europa instruída fazerem reflectir os raios luminosos das Artes e Sciencias e da Literatura sobre os vastos e distintos Estados de S.M. Fidelíssima".

Dentre os dezesseis volumes, com uma periodicidade trimestral e confrontadas as colaborações das duas dezenas de diferentes colaboradores que frequentam as respectivas páginas, apenas um deles - Filinto Elígio - comparece com um texto especificamente literário. E trata-se de uma "Ode à restauração da estátua equestre de Henrique IV, rei da França, em 25 de agosto de 1818"!

Dos vinte assuntos gerais abordados nos dezesseis trimestres, a agricultura comparece com 21 títulos diferentes; a economia, com 17; a química com 15 e, só em quarto lugar, a Literatura com 13. Destes, despertam interesse específico os artigos: "considerações sobre a crítica literária", "curso analítico de literatura geral" e "Literatura portuguesa no estrangeiro".

Na lista de livros encaminhados pelo Vice-Rei a Santa Cata-

rina, em 1795, constavam os títulos **Cultura do linho**, com 50 exemplares e **Cultura do cânhamo**, em 40 (ou seja, cerca de 20% do total de exemplares remetidos). Esta mesma preocupação, evidente, com os citados produtos agrícolas, comparece três vezes nas páginas da revista: "Carta sobre a máquina para preparar o linho e o cânhamo sem curtimento" (V. II, 94-99); "Instrução de M. Christian sobre o modo de preparar o linho e o cânhamo sem curtimento" (V. III, 184-197). O mesmo assunto é ainda (estudado nos volumes I (156-184) e II (185-186), dentro do título "sobre a máquina publicada no princípio deste ano (1818) por M. Christian, director do conservatório das Artes e ofícios para preparar o linho e o cânhamo sem qualidade alguma de curtimento".

Entre a filosofia da remessa dos livros para Santa Catarina e da publicação nas páginas da Revista de textos ligados ao linho e ao cânhamo, os objetivos de intervenção do vice-Rei e dos directores da publicação não se apresentam em convergência: enquanto, no fim do século XVIII, nosso Estado mal-e-mal entra nas técnicas da produção agrícola, uma geração depois a França já navega nas ondas da Revolução Industrial! Mas, mesmo assim, a Revista não descarta dos muitos aspectos ligados à produção da terra. Os textos "Adultos", "Afolhamentos", "Catecismo da Agricultura" (180 páginas), "Código de Agricultura". Curso de Agricultura", "Frutas Verdes" e "Melhoramentos dos vinhos" estão ainda muito próximos da quase dezena de livros. Sobre assuntos idênticos, encaminhados ao colono açoriano de nossa Ilha, em fins do século anterior.

VI

O interesse e o conseqüente consumo de uma literatura - útil - na qual, o leitor poderia desbravar caminhos? - atravessa todo o século XVIII e perdura até a chegada do Romantismo quando a burguesia liberal e cidadina se dá conta de que a criatura humana deve preocupar-se com temas e problemas outros, que não apenas com aqueles da produção e recolha dos produtos saídos da terra.

Que trabalhem os colonos! Que as mãos sujas de terra percorram a literatura que merecem! As mãos que fazem circular as mercadorias e o dinheiro merecem outras letras e outras artes. Merecem as belas-artes!

Em Portugal, só em 1837 edita-se a primeira publicação exclusivamente literária. Trata-se da revista "Panorama" que pode contar com Alexandre Herculano como o redator principal.

No decorrer dos 30 anos seguintes (extingue-se em 1868), a revista "teve grande influência no seu tempo, pois deu apreciável impulso às letras e à linguagem, trouxe a público muitas das tradições portuguesas e estimulou as vocações literárias que despontavam na época"⁹. Essa preocupação maior com a literariedade da linguagem não impede a presença em suas páginas de artigos como "O cravo da Índia", "Crescimento das plantas e flores" e dos textos de frei Bernardo da Cruz sobre o cultivo do tabaco, das amoreiras, "das cebolas e dos alhos nos areais principalmente nos que confinam com o mar", dos linhos (mais uma vez!) dos pinheiros e da vinha.

Em Santa Catarina os trinta anos que medeiam entre o **Elogio**, de Diogo Duarte Silva, a um "muito alto e poderoso senhor" (publicado em 1818 pela Imprensa Régia, no Rio de Janeiro) e um outro elogio dirigido a um deputado de Província, no livro **Assembléia das aves**, editado no Desterro em 1847, todos os oito livros parecem demonstrar a íntima relação existente entre o texto que o autor diz e proclama e o pretexto que o fruidor lê e admira. E, até Paulo Jozé Miguel de Brito, em o **Memória política sobre a capitania de Santa Catarina** - escrita no Rio de Janeiro, em 1816 e publicada em Lisboa, em 1829 - não estaria a mostrar aos portugueses - assustados com nossa Independência - aspectos militares, políticos e sócio-culturais de parte de uma região que se foi tornando independente? E como há ainda, muitas colônias portuguesas na África e na Ásia, o texto publicado, fora do contexto de uma geografia que não é a de Portugal e de uma História que nem é mais a do Reino Unido na outra banda do Atlântico, não estaria servindo de alerta para que passos idênticos não se repetissem em outra História e em outra Geografia?

. . .

Analisada sobre a ótica dos valores literários da cultura urbana - classe média de nossos dias, embebecida nas sofisticções pseudo-científicas de alguns bancos universitários, não há que negar que o consumo de livros, no final do século XVIII, em

Santa Catarina, denuncia um estranho conceito de arte literária.

Mas, ainda que sejam cândidas as considerações sobre a natureza do açúcar e sobre outras coisas rústicas, cândido e rústico não é o livro que, ao mesmo tempo, vai sendo consumido. Ele proclama que ele é a Boa Nova que alimenta a esperança de um tempo e de um espaço bem melhores.

Tal e qual como nos dias de hoje, não é verdade?

BIBLIOGRAFIA E NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LEPECKI, Maria Lúcia. "Adequações". In: **Diário de Notícias - Cultura**. Lisboa, 17, janeiro, 1988.
2. Adaptado de PEREIRA, Mendonça: "Saber filosofia não é ser filósofo" e "o povo é mais filósofo que os mestres da filosofia". In: **Diário de Notícias**, Lisboa, 12, janeiro, 1988. p.6
3. Prêmio Nobel de Literatura para 1987.
4. Décimo primeiro rei de Portugal entre 1433-1438.
5. MELO, Osvaldo Ferreira de. **Introdução à História da literatura catarinense**. Florianópolis, Fac. Cat. de Filosofia, 1958.
6. ALMEIDA, Luiz Ferrand de. "O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V. In: **Revista Portuguesa de História**, Lisboa, 19, (X):203.
7. Idem, 208.
8. As observações e os títulos referentes à Impressão Régia foram realizadas em CABRAL, Alfredo do Valle. **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1881. 339p.
9. "Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira", V. IV, t. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964 (1): 126.